

Cooperação é a melhor estratégia de segurança

Carlos Rodrigues (*)

De acordo com o Instituto Ponemon, o custo médio de violação de dados no Brasil é de R\$ 1,24 milhão por empresa. E o custo financeiro não é o único prejuízo

Hoje, qualquer empresa, de qualquer tamanho, enfrenta um desafio que cresce a cada dia: segurança. Uma falha na segurança cibernética tem efeitos que não terminam com a divulgação e solução do problema. Essa violação causa danos, muitas vezes irreparáveis, na reputação da empresa; e com a LGPD mostrando sua cara no horizonte, as consequências financeiras podem chegar a milhões de reais.

E a verdade é uma só: não existe uma solução que impeça todas as ameaças. Existem soluções que alertam sobre possíveis brechas e ajudam as empresas a consertá-las e, dessa, forma, evitá-las.

Como controlar todos os pontos de entrada simultaneamente e saber que basta uma única brecha para todo esse trabalho ter sido jogado fora? Esse é um dos maiores desafios de qualquer equipe de segurança da informação.

Em um país como o Brasil, considerado pelo Instituto Ponemon, o que mais representa risco de violações, investir em melhores práticas de proteção de dados é o único caminho possível. Contar com uma equipe de segurança da informação e ter um plano de respostas a incidentes são medidas urgentes e prioritárias e é nesse ponto que um outro desafio aparece: a falta de talentos em segurança. Manter um time que saiba lidar com adversidades não é uma tarefa fácil e mesmo que a empresa já conte com uma equipe bem formada, sempre haverá a necessidade de repor algum funcionário que tenha saído.

Antes de sair para o mercado atrás da peça ideal para montar uma equipe ou repor, é preciso entender quais habilidades e recursos são necessários que a equipe possa executar seu trabalho sem contratempos; se a área de TI tem a infraestrutura necessária para realizar os processos necessários para implementar e executar as medidas de segurança e até mesmo avaliar se esse trabalho

pode ser feito internamente ou se não é melhor terceirizar.

Resolvido esse pequeno dilema, outro pode surgir. Muitas empresas mantêm a segurança cibernética e a TI separadas, quando deveriam andar juntas, sob o mesmo guarda-chuva, afinal, ninguém conhece melhor o ambiente de dados como a equipe que o criou e gerencia.

Equipes de segurança e TI devem trabalhar lado a lado para entender os requisitos de desempenho e para que os sistemas essenciais para os negócios se mantenham disponíveis durante todo o tempo. Uma medida de segurança não pode, em nenhuma hipótese, comprometer a disponibilidade.

Como a TI tem conhecimento prático do comportamento e interações dos sistemas de dados, seu papel, dessa forma, é vital para detectar ameaças precocemente. Mas, para isso, é preciso que tenham as ferramentas necessárias e o entendimento do que deve ser monitorado. É nesse ponto que a cooperação entre as áreas se faz mais importante.

Lidar com falhas de conformidade também podem representar prejuízos significativos. Em um mundo cada vez mais regulamentado – LGPD, GDPR, HIPAA –, as empresas encontram-se obrigadas a atender normas cada vez rígidas de proteção de dados e privacidade, assim, o compartilhamento de informações e recursos entre as áreas de segurança e TI mostra-se uma estratégia inteligente e facilita o gerenciamento e manutenção dos processos de conformidade.

Compartilhar o conhecimento é imprescindível para a segurança da informação. Em um ambiente em que não é possível afirmar que algo seja 100% seguro, e com hackers cada vez mais motivados em encontrar novas e inovadoras formas de invasão, manter uma estratégia de segurança que priorize uma combinação de estruturas, equipes e sistemas garante uma vantagem substancial contra possíveis brechas de segurança.

Se a busca por novos talentos é complicada, promover a cooperação entre TI e segurança da informação é a melhor estratégia.

(*) - É vice-presidente da Varonis para América Latina.

Homenagem à Globo resalta liberdade de imprensa

Em 54 anos de existência, a TV Globo consolidou-se por levar aprendizado, entretenimento e informação de qualidade à população, mostrando os costumes nacionais e divulgando notícias do Brasil real por todos os cantos da nação, afirmaram participantes da sessão especial do Senado para comemorar o aniversário da emissora, na sexta-feira (26)

“A Rede Globo consolidou-se como um verdadeiro patrimônio dos brasileiros, talvez o mais democrático instrumento de informação, aprendizagem e entretenimento dos cidadãos”, disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Por ser uma referência em jornalismo, em tempos em que a atuação da imprensa passa por embaraços, a homenagem à Rede Globo também deve ser em prol da liberdade de expressão, essencial à democracia, frisou o proponente da homenagem, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O presidente do STF, Dias Toffoli, mencionou frase histórica do ex-deputado Ulysses Guimarães ressaltando que não há como fugir da verdade de “Sua Excelência, o fato”. Toffoli frisou ainda a importância de evitar a disse-



José Roberto Marinho, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e o vice-presidente de Relações Institucionais, Paulo Tonet Camargo, na sessão de homenagem.

minação “do fato mentiroso, do fato fraudulento”.

O vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Globo, José Roberto Marinho, se disse satisfeito com a defesa da democracia e da liberdade de imprensa feitas durante a

sessão. Ele citou o “momento difícil” por que passam alguns jornalistas mais conhecidos da TV, agredidos pelas mídias sociais de forma violenta, por grupos extremados. “Essas palavras aqui confortam muito e é muito bom ver que pessoas

que realmente representam o povo estão pronunciando essas palavras, pessoas de origens políticas diferentes, de ramos políticos diferentes, mas todos atrás da verdade dos fatos”, afirmou, citando os parlamentares (Ag.Senado).

Projeto sobre ferrovias privadas estimulará investimentos

O projeto que permite à iniciativa privada a construção e a operação de suas próprias ferrovias aponta para uma contribuição decisiva para os investimentos em logística, entendem os especialistas ouvidos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, em audiência pública interativa realizada na quinta-feira (25). Os convidados chamaram atenção para as limitações do setor ferroviário brasileiro, que tem baixa cobertura territorial e longos trechos ociosos, e criticaram a concentração de mercado no transporte sobre trilhos.

Os precedentes históricos são favoráveis à autorregulação no setor ferroviário no entendimento de Danielle Crema, assessora especial do Ministério da Infraestrutura. A desestatização das ferrovias através do regime de exploração de concessões levou a um crescimento de cerca de 30% do transporte ferroviário, mas grande parte do investimento em trilhos se concentrou em corredores de commodities, com ênfase no transporte de minério de ferro, ressaltou Danielle.

Para Gabriel Fiuza, subsecretário de regulação e mercado do Ministério da Economia, o país precisaria de um investimento geral de R\$ 10 trilhões para voltar aos níveis do início dos anos 1980 de estoque de capital na infraestrutura. “Essa queda no estoque de capital está relacionada à produtividade, que tem a ver com a quantidade e a qualidade de empregos. Tivemos uma brutal perda de competitividade nas últimas décadas”, declarou.

Jerônimo Miranda Netto, presidente da Federação Interstadual de Trabalhadores Ferroviários da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fez ressalvas ao projeto que, segundo ele, busca uma “sobrevida” ao modelo privado de exploração das ferrovias, mas espera que o debate em torno do texto gere oportunidade para uma discussão sobre intermodalidade. “Não tem como ficar discutindo só um modal ferroviário, ou acharmos que vamos crescer da forma como estamos constituídos hoje. Temos pouco mais de 10 mil km de linha e as operadoras acham que estamos no caminho desenvolvimentista”, disse (Ag. Senado).

Reforma da Previdência ‘vai equilibrar’ contas públicas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse na sexta-feira (26) que o Congresso Nacional vai aprovar uma reforma da Previdência capaz de equilibrar as contas públicas do país e gerar mais emprego e renda.

“Há, sim, na reforma, pontos em que há certa divergência entre deputados e senadores. É natural da democracia, vamos debater. Nós vamos entregar para o Brasil uma reforma que possa de fato equilibrar as contas públicas e dar tranquilidade jurídica para o Brasil se desenvolver para gerarmos emprego, gerar mais renda para a população e darmos para os brasileiros o que eles esperam na classe política: emprego. É o que os brasileiros querem e a reforma vai proporcionar isso”, afirmou Alcolumbre.

Segundo Alcolumbre, o presidente Jair Bolsonaro espera que a reforma saia do Congresso com a força suficiente para provar que o Brasil tem capacidade de ajustar suas contas e de seguir um novo



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre: “reforma vai gerar mais emprego e renda”.

caminho. O senador lembrou que o presidente tem dito que quem trata da economia no seu governo é o ministro Paulo Guedes. “Ele tem humildade de falar isso como presidente da República para mostrar para a nação brasileira, como líder da nossa nação, que ele delegou essa atribuição ao ministro da Economia, que tem todo nosso respeito, nosso reconhecimento e a nossa admiração”, afirmou.

Após acordo de líderes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou os nomes dos deputados Marcelo Ramos (PR-AM) para presidir a comissão especial que analisará a reforma da Previdência, e Samuel Moreira (PSDB-SP) para a relatoria do parecer. A comissão especial foi instalada na quinta-feira (25). A primeira sessão do colegiado será no dia 7 de maio (ABR).

Trump impõe sanções a chanceler da Venezuela

O governo dos Estados Unidos aplicou na sexta-feira (26) sanções contra o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Jorge Arreaza, e a juíza Carol Bealexis Padilla Arretureta, em uma forma de aumentar a pressão sobre o regime de Nicolás Maduro.

As punições impostas pelo Departamento do Tesouro prevêm o congelamento de eventuais ativos nos EUA e proíbem empresas e cidadãos americanos de manterem relações econômicas com o chanceler e a magistrada. Arreaza é um dos principais expoentes do chavismo e já foi vice-presidente (2013-2016) e ministro de outras pastas, como Ciência e Tecnologia (2011-2013) e Educação (2016-2017).

Arretureta, por sua vez, mandou prender um opositor em 2018, sob a acusação de envolvimento em uma suposta tentativa de assassinato contra Maduro. “Os Estados Unidos não ficarão parados observando o regime ilegítimo de Maduro privar o povo venezuelano de sua riqueza, humanidade e de seu direito à



Jorge Arreaza é um dos principais expoentes do chavismo.

democracia”, disse o secretário do Tesouro Steven Mnuchin.

Arreaza, por sua vez, afirmou no Twitter que as sanções “confirmam” que a Venezuela está “no caminho certo”. “Denunciamos na ONU o bloqueio criminoso dos EUA contra a Venezuela. Hoje a gestão Trump responde com desespero”, acrescentou. A Casa Branca e mais de 50 países reconhecem o opositor Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela (ANSA).

Retirado o sigilo bancário de operações com recursos públicos

O governo vai retirar o sigilo bancário das operações de crédito envolvendo recursos públicos federais, inclusive em transações com estados, municípios, além de autarquias e fundações da administração pública. É o que define um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) ratificado pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira (25) durante transmissão ao vivo em sua página no Facebook.

Participaram da transmissão o advogado-geral da União, André Luiz Mendonça, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), e o secretário da Aqüicultura e Pesca, Jorge Seif. “Nós temos que ser transparentes. Quantas vezes eu falei de caixa preta do BNDES? Tem melhorado o BNDES? Tem melhorado sim, mas nós queremos algo que seja aberto a toda administração pública. Não pode mais ter aquela história de que esse ministério,



Presidente Jair Bolsonaro fez transmissão ao vivo ao lado do advogado-geral da União, André Mendonça.

esse banco oficial ou essa estatal não pode [abrir os dados]”, disse Bolsonaro, ao assinar o parecer. Segundo o advogado-geral da União, o parecer cria efeito vinculante sobre toda a administração pública e deverá ser observado pelos gestores. “Todos os órgãos de controle, Polícia Federal, tribunais de Conta, eles vão ter acesso livre ao dinheiro público, ou seja, tem

um dinheiro da União que foi repassado ao BNDES, lá para o município ou para o estado, esses órgãos de controle vão ter acesso livre. Não vai poder ser defendido que não pode ter acesso por causa do sigilo bancário. Não tem sigilo bancário, a partir dessa assinatura, em relação ao dinheiro público federal”, disse André Luiz Mendonça (ABR).

Câmara aprova continuidade do impeachment de Crivella

A comissão processante de impeachment da Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, na sexta-feira (26), a continuidade do processo contra o prefeito Marcelo Crivella, acusado de irregularidades em contratos de publicidade em pontos de ônibus e relógios de rua, que teriam dado

prejuízo superior a R\$ 8 milhões. Por 2 votos a 1, os vereadores decidiram que o processo deve prosseguir. Votaram pela continuidade do processo os vereadores Willian Coelho (MDB) e Luiz Carlos Ramos Filho (Podemos). Votou contra o vereador Paulo Messina (PROS), que deixou a Secretaria

da Casa Civil de Crivella e reassumiu sua vaga na Câmara de Vereadores para reforçar a base de apoio da prefeitura. Agora a comissão dará sequência aos depoimentos e continua com as investigações sobre existência de interesse público na prorrogação do contrato de publicidade (ABR).